

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM MATO GROSSO DO SUL



Termo de Referência

1. Objeto:

O presente tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES**, específicos para atender a SR/DPF/MS e suas descentralizadas como consta da MSG 2015/1109955 de 08/07/2015, conforme especificações, quantidades e condições constantes deste Edital e seus Anexos.

1.1 Material:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM MATO GROSSO DO SUL



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Emb.	Qtde	Valor Médio Unitário	Valor Médio TOTAL
01	<p><u>Gateway E1</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 2 interfaces E1 com suporte aos protocolos ISDN e R2; - DSP para processamento de áudio; - Cancelamento de eco em hardware; - IP - 30 canais SIP para cada link E1 (G.711); - Interface de configuração via web; - Módulo de diagnóstico via web; - Controle de acesso à interface por usuário; - Analisador de sinalização E1 (R2 e ISDN); - G.711, G.729a, GSM, iLBC, DVI4, T-38, A-law e Ulaw; - Status do Sistema via web; - Status dos Troncos e Canais via web; - Diagnóstico detalhado do link E1; - Suporte a SNMP; - Geração de CDR (formato CSV customizável); - Monitoração de ocupação dos canais; - Contadores de ligações por canal; - Opções de download em arquivo CSV (compatível com Microsoft Excel); - Capacidade de rotear ligações por diferentes rotas, baseado no número de destino, no número de origem e na rota de origem; - Configuração de rotas alternativas (secundárias e por horário); - Fidelizador de Rota (capacidade de mudar o número de destino); - Roteamento de ligações por rotas alternativas baseado no horário; - Módulo padrão de 1U, 2U, 3U ou 4U para rack de 19". 	UNID.	03	4.896,01	14.688,03

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM MATO GROSSO DO SUL



02	Telefone IP - 2 linhas simultâneas; - Viva voz full-duplex com tecnologia de cancelamento de eco e redução de ruído de fundo; - Display gráfico em tons de cinza de 3 linhas; - 20 teclas, incluindo 2 teclas programáveis; - 1 x RJ9 para fone de ouvido; - Desktop com suporte com pés (destacável); - 2 x RJ45 10/100M Ethernet; - Suporte ao codec G722.	UNID.	100	305,15	30.515,00
03	Adaptador IP para telefone analógico – ATA - Suporte aos codecs iLBC, G.711, G.726-16/24/32/40, G.723.1 e G.729; - 2 interfaces FXS RJ 11, configurações de campainha e tons, ajuste de nível de áudio, inversão de polaridade, ajuste de tempo de flash e identificação de chamada DDTMF – Brasil e FSK; - 2 Interfaces RJ45 10/100BASE-T (LAN e WAN) - Alimentação de entrada: 100 a 240 VCA 50-60 Hz saída: +5 VCC, 2 A.	UNID.	10	307,32	3.073,2
TOTAL					ESTIMADO: 48.276,23

1.2. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

2. Motivação:

2.1. Os equipamentos são necessários para substituição das centrais telefônicas com canais analógicos das Delegacias de Três Lagoas e Corumbá, pois as mesmas apresentaram defeito e estão desligando e falhando diariamente, causando transtorno na utilização do serviço de telefonia nas unidades. Os equipamentos são importados e há empresa disponível para reparo, pois não há representante mais no país. Como serão adquiridas novas centrais digitais sem canais analógicos, se faz necessária também a aquisição de telefones e adaptadores de telefonia analógica.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM MATO GROSSO DO SUL



2.2. Os materiais a serem adquiridos são de natureza comum, nos termos do artigo 1º da lei 10.520/02, devendo ser adotada a licitação na modalidade de pregão, sendo regido ainda pelo Decreto 5.450/2005, Decreto 7.892/2013, Lei Complementar 123/2006 e demais dispositivos legais atinentes à área de licitações.

3. Observações:

- a) As licitantes vencedoras deverão adotar cautelas especiais para o transporte dos materiais até o endereço indicado.

3.1. Local de Entrega

Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.
Núcleo Administrativo
Endereço: Rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322 – Vila Sobrinho.
Campo Grande (MS) – CEP 79110-901.

3.2. Prazo de Entrega

Para fornecimento dos itens: o prazo máximo será de 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da nota de empenho.

4. Do recebimento do material:

4.1. Os bens serão recebidos pelo NAD/SR/DPF/MS, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. O material poderá ser submetido ao Setor Técnico Científico - SETEC desta Regional para perícia e comprovação de que os mesmos atendem as exigências editalícias.

5. Das obrigações da Contratante e da Contratada:

5.1. Obrigações da CONTRATANTE

- I. Acompanhar e atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- II. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA;
- III. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

5.2. Obrigações da CONTRATADA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM MATO GROSSO DO SUL



A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- I. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, substituindo, em até 05 (cinco) dias úteis, materiais recusados por defeito ou irregularidades;
- II. Verificar junto às empresas fornecedoras/fabricantes dos materiais especificados, a disponibilidade e prazos de entrega dos mesmos, não podendo alegar posteriormente problemas de fornecimento e/ou impossibilidade de aquisição como motivos que justifiquem atrasos no fornecimento;
- III. Responder satisfatoriamente qualquer questionamento do representante da SR/DPF/MS, inerentes ao objeto da contratação;
- IV. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação previstas no Edital.
- V. Caso não seja cadastrado no SICAF, deverá apresentar-se para cadastramento em órgão cadastrador no prazo máximo de 03 dias úteis após o encerramento do certame, sem ônus para o proponente, munido da documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada.
- VI. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, certificado de garantia e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- VII. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- VIII. Não poderá a contratada subcontratar nenhum dos itens a serem licitados.

6. Do pagamento

- 6.1 - O recebimento e a aceitação do objeto de licitação obedecerão ao disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei 8.666/93.
- 6.2 - O pagamento integral será efetuado pelo NEOF/SR/DPF/MS, em moeda corrente nacional, por Ordem Bancária, em até o trigésimo (30º) dia da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura pertinente, quando do recebimento definitivo do material, devidamente atestado pelo setor competente. Será admitido o pagamento parcial referente às mercadorias entregues até o final do exercício corrente.
 - a) Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.3 - O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.
- 6.4 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida na respectiva Nota de Empenho.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM MATO GROSSO DO SUL



- 6.5 - Antes da emissão da Nota de Empenho, será feita consulta "on-line" ao SICAF, para verificação da regularidade da empresa.
- 6.6 - Conforme IN conjunta SRF/STN/SFC nº 04, de 18 de agosto de 1997, serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo "SIMPLES".

7. Das Sanções Administrativas.

- 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 7.1.1. não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 7.1.2. apresentar documentação falsa;
- 7.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 7.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 7.1.5. não mantiver a proposta;
- 7.1.6. cometer fraude fiscal;
- 7.1.7. comportar-se de modo inidôneo.
- 7.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 7.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 7.3.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 7.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 7.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 7.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,
- 7.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas neste Termo de Referência.
- 7.9. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a prestação, total ou parcial, do(s) serviço(s), deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM MATO GROSSO DO SUL



comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência.

- 7.9.1.** A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo de execução dos serviços, deverá ser encaminhada ao NAD/SELOG/SR/DPF/MS, até o vencimento do prazo de prestação inicialmente estipulado, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.
- 7.10.** Vencido o prazo proposto, sem prestação do serviço, total ou parcialmente, o Contratante oficiará à Contratada comunicando-lhe a data-limite para a regularização de sua prestação. A partir dessa data considerar-se-á inadimplência, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o Parágrafo terceiro desta Cláusula.
- 7.11.** As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Contratante pela Contratada serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos mediante GRU em favor da Justiça Federal – Seção Judiciária do Pará, ou cobrados judicialmente.
- 7.12.** A Contratada inadimplente que não tiver valores a receber do Contratante, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa, na forma estabelecida no parágrafo anterior.
- 7.13.** A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, no qual se garantirá o contraditório e a ampla defesa.
- 7.14.** A aplicação das multas não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.
- 6.15.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Campo Grande, MS, 10 de julho de 2015.


PÉRICLES VELOSO RODRIGUES
Agente de Polícia Federal
Matrícula 14.264
Chefe do NTI/SR/DPF/MS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO DO SUL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

DESPACHO nº 1036/2015 - SELOG/SR/DPF/MS

DATA:
18/02/2015

REFERÊNCIA: MEMORANDO Nº 315/2015-NTI/SR/DPF/MS

ASSUNTO: Pedido de aquisição emergencial de central telefônica

INTERESSADO: SR/DPF/MS

DESPACHO

1. Considerando que ainda não houve a aprovação da Lei Orçamentária Anual para 2015 e, por isso, ainda não foi descentralizado crédito orçamentário para aquisição de material permanente, não sendo possível atender ao pedido apresentado em seu Memorando nº 315/2015-NTI/SR/DPF/MS;
2. Considerando que, para permitir a compra e, considerando se tratar de material comum, além da apresentação de três orçamentos válidos para compor o preço médio do produto a ser licitado, torna-se necessário melhor detalhamento do produto a ser adquirido, o que pode ser suprido com a elaboração de Termo de Referência, conforme regras aplicáveis às aquisições de bens e serviços comuns, no âmbito da União (Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000).
3. Assim, **retorno o expediente ao Senhor Chefe do NTI/SR/DPF/MS** para complementar sua solicitação com a apresentação de Termo de Referência, visando agendar a aquisição para o momento apropriado, quando houver descentralização de crédito orçamentário específico para aquisição de material permanente.


LEÔNIDAS GOMES DE OLIVEIRA JÚNIOR

Perito Criminal Federal

Chefe do Setor de Administração e Logística Policial

1ª Classe / Matrícula 17729

T.R. entregue em
14.07.15
[Assinatura]

Pericles Veloso Rodrigues
Matrícula: 14.264
Agente de Polícia Federal
Chefe do NTI/SR/DPF/MS